



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEFPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

EPISTEMOLOGIAS DO SUL: INTERSEÇÕES ENTRE A DECOLONIALIDADE, A TEORIA CRÍTICA FEMINISTA E A INTERCULTURALIDADE¹

EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH: INTERSECTIONS BETWEEN DECOLONIALITY, FEMINIST CRITICAL THEORY AND INTERCULTURALITY.

Janete Rosa da Fonseca²

David Arenas Carmona³

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre as interseções entre a decolonialidade, a teoria crítica feminista e a interculturalidade explorando a geoculturalidade, a partir da experiência intercultural com os povos Terena e Kadwéu no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, optou-se pela realização de uma leitura analítica, onde a metodologia adotada combina revisões bibliográficas e vivências e reflexões. Examinou-se a relação entre decolonialidade, interculturalidade e teoria crítica feminista ao explorar estratégias de resistência e empoderamento presentes nas formas como grupos historicamente subalternizados mesmo diante das inúmeras formas de apagamento, tem (re) existido. O estudo destaca a relevância do diálogo intercultural para fortalecer e respeitar outras identidades culturais e sujeitos outros. As discussões contemporâneas sobre decolonialidade, teoria crítica feminista e interculturalidade evidenciam a complexidade das relações sociais, culturais e políticas em um mundo globalizado. Este artigo busca explorar como essas áreas de estudo se interconectam, enfatizando as implicações que essas interseções possuem para a construção de saberes e práticas que promovem a justiça social.

Palavras-chave: Decolonialidade. Geoculturalidade. Interculturalidade. Teoria crítica feminista.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the intersections between decoloniality, feminist critical theory,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutora em Educação. Pós Doutora em Neurociência (FURG), Pós Doutora em Educação (UCDB), Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais da UFMS/CPAQ, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Decoloniais – GPED. UFMS. E-mail: janete.fonseca@ufms.br

³ Doutorando em Educação PPGEDU/UFMS. Mestre em Geografia/UFMS. Licenciado em Pedagogia. UFMS. E-mail: arenas.carmona@ufms.br



and interculturality, exploring geoculturality through the lens of intercultural experience with the Terena and Kadwéu peoples in the state of Mato Grosso do Sul. To this end, an analytical approach was adopted, combining bibliographical reviews with lived experiences and reflections. The article examines the relationship between decoloniality, interculturality, and feminist critical theory by exploring strategies of resistance and empowerment present in the ways in which historically subalternized groups have (re)existed, despite numerous forms of erasure. The study highlights the importance of intercultural dialogue to strengthen and respect other cultural identities and other subjects. Contemporary discussions on decoloniality, feminist critical theory, and interculturality highlight the complexity of social, cultural, and political relations in a globalized world. This article seeks to explore how these areas of study interconnect, emphasizing the implications that these intersections have for the construction of knowledge and practices that promote social justice.

Keywords: Decoloniality . Geoculturality. Interculturality. Feminist critical theory.

1 INTRODUÇÃO

As notas introdutórias deste artigo não podem deixar de enfatizar o mergulho no campo teórico da interculturalidade, da decolonialidade e da teoria crítica feminista que a mudança de espaço geográfico e de campo de pesquisa proporcionou-me. Na verdade, desestabilizou-me, colocando em conflito fazendo rever uma identidade de pesquisadora que se pressuponha definida e estruturada. Uma identidade que parecia já determinada e inflexível, aqui me permito trazer para a reflexão inicial, Woodward (2014), que nos diz que uma das grandes tensões para se pensar o conceito de identidade está “entre as perspectivas essencialistas e perspectivas não essencialistas sobre identidade” (2014, p. 12).

Na verdade, essa identidade se mostrou fragmentada, multifacetada e cheia de fissuras e brechas, contribuindo para a constituição de uma nova pesquisadora, com outro olhar. Essas fissuras e brechas permitiram o que Walsh (2009) conceitua e nos apresenta como “brechas decoloniais” e esta mesma autora esclarece que não chegou ao decolonial a partir da teoria. Na busca por entendimentos para esta transformação, guardadas as ressalvas necessárias, assemelhando-se ao que nos propõe Catherine Walsh, chegou-se ao decolonial não pela teoria, mas sim pela convivência com os povos indígenas da etnia Terena e Kadwéu.

E aqui se dá o encontro com o caminho para a minha decolonização! Para quem vinha de uma formação monolítica, baseada em verdades tidas como universais através de metanarrativas consideradas absolutas, foi necessário um grande giro para essa transformação. Um espaço geográfico e cultural completamente diferente. A região do pantanal sul mato-grossense, maior planície alagada do país, seu clima, sua geografia interfere na maneira em como aqueles que aqui chegam passam a conceber este espaço, que se apresenta como um espaço histórico mediado por relações sociais, políticas e interculturais.



Os indígenas que aqui vivem, estão nos entrelugares que nos fala Homi Bhaba (2018), eles foram colocados em Aldeias Urbanas ao redor da cidade. E já que a interculturalidade, se refere à interação entre diferentes culturas em um espaço comum, propondo um diálogo respeitoso e enriquecedor, é preciso tencionar o conceito ultrapassando a mera coexistência; mas sim buscando promover trocas significativas onde nenhuma cultura se sobreponha à outra. A interculturalidade é um processo ativo, onde o encontro entre culturas gera novas formas de conhecimento e convivência.

Os indígenas não fragmentam, não segmentam o conhecimento, os indígenas me ensinaram sobre a oralidade e a produção desse conhecimento não fragmentado. No contexto atual, onde a globalização parece homogeneizar culturas, a interculturalidade emerge como uma alternativa poderosa. Dussel (2021), enfatiza que a realidade latino-americana é um exemplo claro dessa pluralidade cultural, marcada por uma rica tapeçaria de tradições, línguas e modos de vida. O desafio que enfrentamos é criar espaços que permitam a verdadeira interculturalidade, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Porque, para se discutir os estudos decoloniais e a interculturalidade na academia é preciso pensar que não dá para se falar sobre, sem trazer a ideia de que a academia precisa fazer a subversão daquilo que por séculos, a modernidade e o projeto político de colonização usou para fazer de nós pessoas engessadas que passaram anos acreditando em uma cultura única, uma ciência única, de um conhecimento único, colocado como verdade absoluta.

Não tem como trabalhar com interculturalidade e decolonialidade e não nos colocarmos numa posição de desobediência epistemológica. Ainda mais quando se propõe a pensar a partir da teoria crítica feminista, como o título do artigo provoca. O objetivo é propor uma interseção entre as temáticas, tentando mostrar o ponto onde estes assuntos se conectam. A Teoria Crítica Feminista surge na intersecção do feminismo e da teoria crítica, influenciada por pensadores como Theodor Adorno, Max Horkheimer e, mais contemporaneamente, por autores que discutem a multiplicidade das experiências femininas. Essa teoria propõe uma análise profunda das estruturas sociais, culturais e políticas que sustentam a opressão das mulheres, buscando desconstruir as narrativas hegemônicas que as marginalizam. Ao considerar a interseccionalidade, essa abordagem confirma que as mulheres não são um grupo homogêneo, e que suas experiências variam de acordo com fatores como raça, classe social e orientação sexual.

As discussões contemporâneas sobre decolonialidade, teoria crítica feminista e interculturalidade evidenciam a complexidade das relações sociais, culturais e políticas em um mundo globalizado. Este artigo busca explorar como essas áreas de estudo se interconectam, enfatizando as implicações que essas interseções possuem para a construção de saberes e práticas que promovem a justiça social. De acordo com Mignolo (2010), a decolonialidade propõe uma crítica ao colonialismo



epistemológico que persiste nas estruturas de conhecimento contemporâneos, enquanto a teoria crítica feminista aborda as opressões de gênero dentro dessa mesma estrutura. Existe uma proposta grande de desconstrução do sujeito em busca de colocar um estereótipo aceito como padrão.

A interculturalidade, por sua vez, oferece um espaço para o diálogo entre diferentes culturas, promovendo um entendimento mais profundo das diversidades. Por meio de uma leitura analítica, examinamos a relação entre decolonialidade, interculturalidade e teoria crítica feminista ao explorar estratégias de resistência e empoderamento das mulheres, a exemplo das mulheres indígenas que como nos mostra Julieta Paredes (2010), focam na importância da ação coletiva, da solidariedade e da valorização das identidades coletivas e ancestrais.

Julieta Paredes, ativista feminista e teórica boliviana, é uma das principais vozes contemporâneas dentro da Teoria Crítica Feminista. Ela traz uma perspectiva única ao integrar as lutas indígenas e feministas, promovendo um discurso que valoriza a ancestralidade e a sabedoria coletiva das comunidades originárias.

Para Paredes, a emancipação das mulheres está intimamente ligada à luta contra o capitalismo e ao reconhecimento das práticas sociais e culturais de grupos historicamente oprimidos. Em suas obras, ela aborda a importância de compreender as especificidades das experiências femininas em contextos diversos, indo além da visão eurocêntrica predominantemente nas discussões feministas ocidentais. A ideia deste texto surgiu assim, propondo um pensamento que emerge de uma realidade local e das experiências vividas, a construção desse processo se caracterizou por uma renovação epistemológica, por uma disputa teórica e por uma necessária compreensão do outro e da geoculturalidade.

Como forma de organização, inicialmente será apresentado uma reflexão sobre decolonialidade, com o arcabouço teórico fornecido por autores como Walter Dignolo (2017), Quijano (2005), entre outros. Na sequência a teoria crítica feminista será apresentada através de teóricas como bell hooks (2018), Julieta Paredes (2010), Arf (2024), Lélia Gonzales (2020), Patrícia Hill Collins (2019) Maria Lugones (2007), dentre outras escritoras. A interculturalidade e suas formas são fundamentadas através de autores como Walsh (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2002). Finaliza-se propondo a articulação entre as temáticas com o aporte teórico de Chandra Talpade Mohanty (2003, Maria Lugones (2007), Ballestrin (2020) e outros autores e autoras. E por fim, as considerações finais evidenciam que esta é uma reflexão/discussão/provocação que ainda tem muito por onde caminhar, são muitos os descaminhos até nos aproximamos do que se pressupõe como uma sociedade justa e igualitária.

2. DECOLONIALIDADE: UM DIAGNÓSTICO/DESAFIO NECESSÁRIO?



Os povos originários representam história, cultura e luta. Conhecer a história dos povos originários do Brasil através dos livros de história, tem um contexto, estar entre eles, tem outro completamente diferente. Conhecer as lutas das mulheres Terena e as poucas representantes da etnia Kadvéu tem outro significado, outro sentido. Segundo os ensinamentos de Candau e Russo (2011), nas décadas de 1980 e 1990, onze países latino-americanos reconheceram em suas Constituições o caráter multiétnico, pluricultural e multilíngue de suas sociedades. Essa foi uma questão advinda de muita pressão para que as políticas públicas contemplassem as diferenças culturais existentes. Segundo Carmona (2020),

Sendo o estado de Mato Grosso do Sul uma unidade Federativa relativamente nova em termos de reconhecimento e história. Possui por sua vez uma riquíssima identidade cultural fortemente associada à paisagem pantaneira, a qual foi nomeada e representada em uma proporção enorme pela língua das etnias indígenas, maioritariamente a Terena, no que diz relação a sua flora e fauna nativa, assim como muitas das localidades, relevos, etc. [...] sobre as transformações impostas a estes lugares, no caso do Estado de Mato Grosso do Sul não aconteceu, pois no processo de miscigenação decorrente dos fluxos migratórios que constituíram a região, foram respeitadas e reconhecidas as influências culturais originais. (p. 11).

Isso remete a força da geoculturalidade, que segundo Santos e Souza (2024, p.220), podemos conceituar como sendo, “um conceito que emerge da intersecção entre geodiversidade e diversidade cultural, propõe que o espaço geográfico não é apenas um cenário físico, mas um contexto carregado de significados culturais e identidades.” Esse cenário de significados culturais e identidades diversas me levou para a decolonialidade, inicialmente de pensamento e consequentemente de ações. A discussão sobre decolonialidade emergiu como um dos tópicos centrais nas ciências sociais contemporâneas. Este conceito não se limita apenas a uma crítica do colonialismo, mas se apresenta como um projeto transformador que busca resgatar e valorizar outros saberes e modos de vida, frequentemente marginalizados pela modernidade ocidental. A decolonialidade emerge como uma resposta às heranças do colonialismo, desafiando a dominação eurocêntrica nas ciências sociais e humanas. Mignolo (2017) afirma que a decolonialidade não é apenas uma crítica ao colonialismo, mas também uma “epistemologia da liberdade”.

Essa perspectiva busca valorizar conhecimentos ancestrais e experiências marginalizadas, desafiando a herança eurocêntrica, o que é fundamental para entender as lutas feministas em diversos contextos. A desconstrução das narrativas hegemônicas permite abrir espaço para vozes que historicamente foram silenciadas. Ao levarmos a discussão da decolonialidade para o contexto do Ensino Superior brasileiro vamos nos deparar com o inevitável fato de que hoje, este espaço acolhe corpos diversos mas não consegue efetivamente lidar com a invisibilização histórica de determinados grupos e saberes. A decolonialidade não é apenas um reconhecimento simbólico de que estes corpos



diversos agora podem “**ocupar**”⁴ um espaço que antes não lhes era permitido.

Walter D. Mignolo (2005), em suas obras, propõe que a decolonialidade deve ser entendida como um chamado à construção de um novo conhecimento que ultrapasse as fronteiras impostas pela colonização. Para Mignolo (2005), “a decolonialidade é uma prática de pensamento que resulta da interação entre a resistência cultural e a produção de novos conhecimentos”. Ele enfatiza que essa prática envolve uma crítica ao eurocentrismo e ao que ele define como “pensamento colonial”, que legitima a superioridade dos saberes ocidentais em detrimento das epistemologias locais.

Aníbal Quijano complementa esta visão ao introduzir o conceito de “poder/colonialidade”, que se refere à intersecção entre colonialismo e formas de dominação contemporâneas. Segundo Quijano (2005), a colonialidade é um padrão de poder que subsiste mesmo após a independência política das nações colonizadas. Ele afirma que as relações sociais de dominação, baseadas em categorias como raça, gênero e classe, continuam a existir e a moldar as sociedades latino-americanas e globais. Dessa forma, Quijano nos alerta que a luta pela decolonialidade não é apenas uma questão de descolonização política, mas envolve também um reexame profundo das estruturas sociais que perpetuam desigualdades.

A mais básica expressão do giro decolonial está no nível da atitude, levando a formação de uma atitude decolonial. O condenado como entidade que é criada no cruzamento da colonialidade do saber, poder e ser tem o potencial de se distanciar dos imperativos e normas que são impostos sobre ele que buscam mantê-lo separado de si, (Bernardino Costa, et al, 2020, p.44)

Esses diagnósticos são cruciais para entendermos o atual panorama social e político mundial, marcado pelas crises ecológicas, sociais e econômicas que desafiam o status quo. Mignolo (2005) ressalta que, “em vez de uma solução universal para os problemas globais, devemos considerar uma multiplicidade de soluções localmente relevantes.” Essa afirmação convida a um reconhecimento das diversidades culturais e do potencial que elas possuem para oferecer alternativas sustentáveis e éticas frente aos desafios contemporâneos.

A decolonialidade, portanto, não é apenas uma crítica ao passado colonial, mas também uma proposta para um futuro mais justo. Nesse sentido, Mignolo (2011) sugere que as sociedades contemporâneas devem reexaminar suas narrativas históricas e culturais, permitindo que as vozes silenciadas sejam ouvidas e valorizadas. É fundamental que as experiências e os conhecimentos indígenas, afrodescendentes e outros grupos marginalizados sejam integrados aos debates sobre justiça social e ambiental.

Além disso, é importante destacar que a decolonialidade deve ser uma questão transversal, que dialogue com outras iniciativas de transformação social, como as que apresentamos aqui neste

⁴ Grifo nosso.



artigo. A interseccionalidade, defendida por pensadoras como Kimberlé Crenshaw (1989), ajuda a entender como diferentes formas de opressão se interconectam e se manifestam na vida das pessoas. Assim, a abordagem decolonial se torna ainda mais relevante na luta pela igualdade de gênero, direitos humanos e justiça econômica.

As implicações práticas da decolonialidade se manifestam em diversas áreas, desde a educação até a política. A educação decolonial, por exemplo, busca desconstruir os currículos tradicionais que muitas vezes privilegiam saberes eurocêntricos. Mignolo (2016) enfatiza que é urgente desenvolver propostas educacionais que valorizem as culturas locais e promovam uma visão crítica da história. Isso não apenas resgata identidades culturais, mas também propõe uma nova forma de conhecimento que respeita e integra múltiplas perspectivas.

Em termos políticos, a decolonialidade pode levar à criação de espaços de governança incluindo a participação ativa de comunidades em intervalos regulares. Quijano (2005) aponta que a democracia deve ser recompensada além dos limites do liberalismo ocidental, incorporando vozes e práticas de países do Sul Global. Essa reinvenção democrática é crucial para garantir que as decisões que afetam a vida das pessoas considerem suas realidades e necessidades específicas.

Por fim, a decolonialidade também tem um papel estratégico na luta contra as mudanças climáticas e as crises ambientais que enfrentamos atualmente. O modo de vida ocidental, baseado no consumo desenvolvido e na exploração dos recursos naturais, é insustentável. O pensamento decolonial traz à tona a necessidade de compensar nossas relações com a natureza e com as comunidades que habitamos, propondo uma ética ecológica que respeite saberes ancestrais relacionados à preservação ambiental. A cultura dos lugares que habitamos nos atravessa e nos modifica.

Assim, podemos inferir que a decolonialidade representa um diagnóstico crítico e um desafio necessário para a sociedade contemporânea. As reflexões de Walter Mignolo e Aníbal Quijano oferecem um importante arcabouço teórico para entendermos as complexidades das relações sociais e de poder no mundo atual. Ao promover a valorização de saberes diversos, a inclusão de vozes marginalizadas e a reavaliação das estruturas de poder, a decolonialidade se configura como um caminho vital para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável.

3. TEORIA CRÍTICA FEMINISTA: DESCONSTRUINDO ESTRUTURAS DE PODER

A teoria crítica feminista se alimenta das premissas de pensamento decolonial ao desafiar as estruturas patriarcais que se entrelaçam com o colonialismo. Segundo bell hooks (2018), o feminismo deve ser uma luta contra todas as formas de opressão, incluindo racismo, classismo e imperialismo.



A partir dessa perspectiva, as experiências de mulheres em contextos coloniais revelam como as opressões estão interligadas. A crítica feminista é, portanto, uma ferramenta essencial para a análise das relações de poder que operam no âmbito local e global.

Além disso, as contribuições de Sandra Harding (1986) sobre a "teoria do ponto de vista" tornam-se relevantes nesta discussão, pois enfatizam a importância de considerar as perspectivas das mulheres que vivem em contextos de opressão múltipla. Essa visão amplia a compreensão da experiência feminina, permitindo que vozes de mulheres de diferentes origens sejam ouvidas e respeitadas.

Recorremos a Julieta Paredes (2010), como uma de nossas bases teóricas porque conforme destacado no título deste artigo nos propomos a refletir sobre as questões epistemológicas do sul global, como certas identidades são criadas dentro da lógica colonial e a luta das mulheres indígenas por igualdade e reconhecimento na Bolívia, não pode ficar de fora desta discussão, uma vez que tem sido marcada por muitos séculos de marginalização e opressão como nos afirma Arf (2024).

Paredes (2010), nos dá suporte teórico para discutirmos a teoria crítica feminista e o feminismo comunitário. Esta autora apresenta os corpos femininos em um diálogo intercultural de valorização de seus saberes ancestrais.

[...] quando Paredes fala de comunidade, não se trata apenas das comunidades indígenas ou rurais, está falando de uma maneira de entender e organizar a sociedade, o que pode envolver comunidades urbanas, religiosas, esportivas, territoriais, educativas, universitárias, entre tantas outras que buscam compreender a coletividade humana, é uma proposta alternativa frente a sociedade individualista, que apresentam basicamente a mesma constituição. (Arf, 2024, p.219)

A ideia de desconstruir normas e práticas opressoras permeia o trabalho de Paredes (2010), que propõe um exame crítico das narrativas que moldam a identidade feminina. Para ela, a desconstrução das normas de gênero é um passo essencial para a emancipação, pois permite que as mulheres reescrevam sua própria história e definam suas identidades fora dos moldes tradicionais. Essa proposta desafia não apenas as convenções sociais, mas também incita uma reflexão sobre como as próprias mulheres podem internalizar e reproduzir opressões.

Paredes (2010), critica as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade de gênero, destacando a relação intrínseca entre patriarcado e capitalismo. Para ela, o patriarcado não é apenas uma questão de dominação masculina, mas um sistema que se interliga com outras formas de opressão, como o racismo e o classismo. As mulheres indígenas, por exemplo, enfrentam um duplo paradigma de opressão, não apenas a masculinidade hegemônica se manifesta, mas também as práticas colonialistas que tentam desligar suas culturas e modos de vida. Essa análise é crucial para entender que a luta feminista deve ser articulada com outras lutas sociais, formando um movimento mais inclusivo e representativo.



Em sua obra "Para Uma Revolução Feminista", Paredes discute a necessidade de um feminismo que não apenas critique as desigualdades, mas que também celebre e resgate as práticas culturais e saiba das mulheres indígenas. Essa abordagem é fundamental para a construção de uma identidade feminina que não se submeta aos padrões do patriarcado ocidental. A resistência cultural torna-se uma forma de empoderamento, um modo de reafirmar a dignidade e os direitos das mulheres, que muitas vezes foram marginalizadas tanto nas discussões acadêmicas quanto nos movimentos sociais.

A ideia de desconstruir normas e práticas opressoras permeia o trabalho de Paredes, que propõe um exame crítico das narrativas que moldam a identidade feminina. Para ela, a desconstrução das normas de gênero é um passo essencial para a emancipação, pois permite que as mulheres reescrevam sua própria história e definam suas identidades fora dos moldes tradicionais. Essa proposta desafia não apenas as convenções sociais, mas também incita uma reflexão sobre como as próprias mulheres podem internalizar e reproduzir opressões.

A Teoria Crítica Feminista, ilustrada pelo trabalho de Julieta Paredes, oferece um olhar complexo e multifacetado sobre as estruturas de poder que regem a sociedade. Através da desconstrução de normas opressoras, da valorização da resistência cultural feminina e da promoção da educação crítica, Paredes contribui para a ampliação do campo de discussão feminista, propondo uma abordagem interseccional que permite verificar a diversidade das experiências. Sua obra nos instiga a compensar as formas de luta e a buscar novas formas de solidariedade, enfatizando que a transformação social exige a inclusão de todas as vozes, especialmente aquelas que foram silenciadas ao longo da história.

Lugones (2020), nos fala de uma de uma indiferença vinda dos homens que foram e continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder, homens que também são inferiorizados pelo capitalismo global. A esta indiferença, a autora denomina como uma “cegueira epistemológica”, que impede que se veja que a questão não é só essa, mas sim de uma separação de categorias como as de raça, gênero, classe e sexualidade que nos impedem de ver as violências históricas as quais fomos submetidas e submetidos.

Lélia Gonzales (2020) nos apresenta o feminismo afro-latino-americano, “falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas” (p. 40).

Para Collins (2020), devemos e podemos olhar a partir de outro prisma

Em vez de enfatizar as diferenças entre o ponto de vista das mulheres negras e sua epistemologia em relação às mulheres brancas, aos homens negros e às outras coletividades, as experiências das mulheres negras servem como uma localização social a partir da qual se pode examinar a conexão entre múltiplas epistemologias. (p.65)



É o que corrobora Oyèrónké Oyěwùmí (2020), quando enfatiza que o que conhecemos como a Modernidade, foram definidos por uma série de processos históricos, incluindo o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina. Esse foi um período que vivenciou inúmeras transformações sociais e culturais, “gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais a partir dos quais as pessoas foram exploradas e as sociedades foram estratificadas” (Oyěwùmí, 2020, p. 83).

Paredes (2010) afirma que é importante que se recupere a denúncia de gênero para compreender que as relações entre homens e mulheres foram pensadas pela colonização.

Una vez descolonizado y desneoliberalizado, consideramos imprescindible recuperar la denuncia feminista del género para desmontar el patriarcado que es más antiguo que la colonización y el neoliberalismo. Es el enfoque que plantea acabar con la socialización de las mujeres em género femenino y la socialización de los hombres del género masculino. No queremos ser ni femeninas ni masculinas, queremos ser mujeres y hombres con historia y cultura propia, como punto de partida para nonbrarmos con nuestras propias vocês en médio de estos procesos de cambios que vive nuestro país. (Paredes, 2010, p.73)

De maneira completamente elucidativa Julieta Paredes juntamente com as demais autoras, traduz como a teoria crítica feminista se intersecciona com a decolonialidade com a interculturalidade, é esse o movimento necessário. Não se trata de sermos femininas ou masculinos mas sim de sermos vistos como sujeitos, lugares, corpos, artes, culturas, conhecimentos, mulheres e homens que tem voz , que tem história, que são diferentes e que merece respeito e lugar.

4. INTERCULTURALIDADE: O DIÁLOGO NECESSÁRIO

A interculturalidade, conforme proposta de Boaventura de Sousa Santos (2002), busca construir pontes entre diferentes saberes e culturas. A discussão sobre interculturalidade não é apenas uma questão de reconhecimento da diversidade, mas também de promoção de uma igualdade efetiva entre as culturas. Ao integrar experiências e conhecimentos de diferentes tradições, a interculturalidade propicia uma perspectiva mais ampla sobre as questões sociais e políticas.

Neste contexto, a interculturalidade pode ser vista como um espaço de resistência contra as hegemonias, onde as narrativas sobre gênero, raça e classe se entrelaçam. É nesse espaço que as lutas feministas ganham novos contornos, permitindo um diálogo mais rico e complexo.

Como a interculturalidade é um conceito que tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente em contextos acadêmicos e sociais que buscam promover a diversidade cultural e a convivência harmônica entre diferentes grupos étnicos e culturais, é importante trazer para o debate a proposta de Catherine Walsh (2009).



Walsh (2009), nos fala sobre o fato de que a forma como a interculturalidade é abordada e compreendida pode variar significativamente de acordo com a perspectiva teórica adotada. Aqui trazemos as duas abordagens propostas pela autora, interculturalidade funcional e a interculturalidade crítica. A análise dessas duas abordagens nos permite compreender não apenas suas definições, mas também as implicações políticas, sociais e éticas que cada uma delas acarreta. A interculturalidade funcional é frequentemente mencionada pela sua ênfase em aspectos práticos e práticos da interação entre culturas. Este conceito está alinhado com uma visão que busca promover a eficiência do convívio entre diferentes grupos culturais, ocorrendo à coexistência de importação e ao intercâmbio de bens e serviços. Num mundo globalizado, onde a mobilidade e a comunicação intercultural são cada vez mais evidentes, a interculturalidade funcional propõe soluções pragmáticas para problemas que podem surgir da diversidade cultural.

Por exemplo, em ambientes corporativos, a interculturalidade funcional se manifesta na adoção de práticas que favorecem a colaboração entre equipes multiculturais. As empresas buscam treinar seus colaboradores para que possam entender e respeitar as diferenças culturais, o que, por sua vez, possa levar a um aumento da produtividade e da satisfação no ambiente de trabalho. Dessa forma, a interculturalidade funcional tende a valorizar as interações superficiais, focando na comunicação eficiente e no alcance de objetivos comuns, enquanto ignora questões mais profundas relacionadas ao poder, desigualdade e identidade cultural.

No entanto, esta abordagem acaba por simplificar a complexidade dos encontros interculturais, relegando para um segundo plano as dinâmicas de poder que permeiam essas relações. A interculturalidade funcional, ao priorizar a eficiência e a harmonia, muitas vezes pode se basear em propostas que levam à homogeneização cultural, desconsiderando histórias de opressão e resistência que moldam as identidades culturais.

Em contraste, a interculturalidade crítica proposta por Catherine Walsh (2009) oferece uma leitura mais profunda e analítica das interações culturais. Essa abordagem não se limita a observar as diferenças e semelhanças entre culturas, mas também investiga as relações de poder que influenciam esses encontros. A interculturalidade crítica confirma que as culturas não são entidades isoladas e fixas; ao contrário, elas estão em constante transformação e são moldadas por processos sociais, políticos e econômicos.

Walsh (2009), argumenta que a interculturalidade crítica deve ser entendida como um espaço de resistência e (re) imaginação. Nesse sentido, essa abordagem valoriza a voz dos grupos marginalizados, promovendo uma reflexão sobre as narrativas dominantes e dando espaço para a pluralidade de experiências culturais. A interculturalidade crítica busca questionar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades, propondo um diálogo que não se limita a um mero intercâmbio



cultural, mas que também visa a justiça social. Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado em práticas educacionais que integram histórias e conhecimentos de comunidades indígenas e afrodescendentes em currículos escolares. Dessa forma, a educação crítica intercultural se torna um instrumento para desconstruir mitos e estereótipos, empoderando grupos historicamente oprimidos e promovendo uma verdadeira valorização da diversidade.

Além disso, a interculturalidade crítica enfatiza a importância de se considerar e respeitar as singularidades culturais, ao mesmo tempo em que se propõe um diálogo equitativo que desafie posições preexistentes. Essa perspectiva não apenas fomenta a convivência pacífica, mas também instiga a transformação social e a construção de relações mais justas entre os diferentes grupos culturais.

A principal diferença entre a interculturalidade funcional e a interculturalidade crítica reside, portanto, nas suas abordagens sobre as relações de poder e nas suas finalidades. Enquanto a interculturalidade funcional tende a buscar a eficiência e a harmonia nas interações multiculturais, a interculturalidade crítica se concentra na análise crítica das desigualdades que permeiam essas interações.

Enquanto a primeira propõe aspectos práticos que facilitam a convivência, a segunda promove um espaço de luta e resistência, questionando as estruturas que sustentam a opressão cultural. Essa diferença fundamental implica que a adoção de uma ou outra abordagem pode levar a resultados muito diferentes, tanto em contextos sociais quanto educacionais.

As implicações dessas abordagens na prática são significativas. Ao optar por uma visão funcionalista, instituições e organizações podem acabar perpetuando desigualdades ao negligenciar vozes de grupos marginalizados e ao reduzir a diversidade cultural a um simples adorno superficial. Por outro lado, uma abordagem crítica pode gerar tensões e conflitos, mas também pode oferecer oportunidades reais de transformação e reconciliação. Portanto, é crucial a construção de um espaço verdadeiramente intercultural, isso implica a necessidade de se ouvir, respeitar e valorizar todas as vozes, especialmente aquelas que foram historicamente silenciadas, como as mulheres, os indígenas e os afrodescendentes.

A distinção entre interculturalidade funcional e interculturalidade crítica, como proposta por Catherine Walsh (2009), destaca a complexidade das relações interculturais nos dias atuais. Enquanto a interculturalidade funcional busca a eficiência e a harmonia, a interculturalidade crítica convida à reflexão e à luta contra as desigualdades. Compreender essas abordagens nos permite não apenas enriquecer nossas interações culturais, mas também contribuir para a construção de um mundo mais justo e equitativo, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

A obra de Lugones (2007) destaca a importância de um feminismo que considera as dimensões



raciais e culturais, reforçando a necessidade de uma abordagem intercultural que não apenas reconheça, mas também celebre as diferenças.

4.1 Encontros e Desencontros: O Que Une Essas Abordagens?

Embora haja uma intersecção clara entre decolonialidade, teoria crítica feminista e interculturalidade, é importante considerar os desafios que emergem nessas interações. Muitas vezes, as lutas feministas podem ser vistas como universais, ignorando as especificidades culturais que moldam as experiências das mulheres. Assim, é crucial que as feministas adotem uma abordagem decolonial que considere as particularidades históricas e socioculturais de cada grupo.

Conversando sobre esse tema, Chandra Talpade Mohanty (2003) critica o que ela chama de “feminismo ocidental”, que frequentemente homogeneiza as experiências femininas ao redor do mundo. Mohanty defende a construção de uma solidariedade feminista que respeite as singularidades de cada contexto, promovendo uma verdadeira troca intercultural entre mulheres de diferentes origens.

Por outro lado, a teoria crítica feminista, conforme afirma Patricia Hill Collins (2019), enfatiza a importância de considerar a interseccionalidade nas análises sociais, ou seja, a forma como diferentes sistemas de opressão – como raça, classe e gênero – interagem e se sobrepõem. A perspectiva crítica feminista desafia as normas patriarcais e busca entender como as mulheres, especialmente aquelas de grupos marginalizados, enfrentam múltiplas formas de discriminação. A conexão entre a decolonialidade e a teoria crítica feminista torna-se evidente quando consideramos a necessidade de dismantelar tanto as estruturas de opressão colonial quanto as patriarcais, que, muitas vezes, se entrelaçam.

Além disso, o conceito de interseccionalidade apresentado na teoria crítica feminista é essencial para a decolonialidade, pois permite uma análise multifacetada da opressão. Ao considerarmos as experiências de mulheres negras, indígenas e de outros grupos marginalizados, a decolonialidade se enriquece, permitindo uma compreensão mais ampla dos legados históricos e das resistências contemporâneas.

Outro ponto fundamental a se considerar é a prática de pesquisa e a produção de conhecimento. Tanto a decolonialidade quanto a teoria crítica feminista rejeitam a objetividade neutra da ciência tradicional, argumentando que a pesquisa deve ser ética e comprometida com as lutas sociais. A construção do conhecimento, assim, passa a ser um ato político, onde os pesquisadores são parte integrante das comunidades que estudam e buscam compreender.



O diálogo intercultural, então, torna-se um método relevante para essa construção do conhecimento. A troca de saberes entre diferentes culturas pode gerar novas formas de resistência e solidariedade. De acordo com Lugones (2007), a interculturalidade não deve ser entendida apenas como um encontro superficial entre culturas, mas como uma prática transformadora que envolve questões de poder e desigualdade.

Ademais, uma interculturalidade crítica, conforme delineada por autores como Boaventura de Sousa Santos (2007), busca promover diálogos entre diferentes culturas e tradições, atualizando a pluralidade das vozes e das experiências. Santos,(2007) argumenta que “a diversidade é uma riqueza que deve ser promovida, não apenas tolerada”. Nesse sentido, a interculturalidade crítica propõe um espaço de convivência em que as diferenças não são vistas como barreiras, mas como oportunidades de aprendizado e fortalecimento mútuo.

As interconexões entre essas três abordagens se manifestam em diversas dimensões. Primeiramente, todas elas partem de uma crítica sólida às narrativas dominantes e buscam dar vozes certas que historicamente foram silenciadas. A decolonialidade questiona as narrativas colonialistas; a teoria crítica feminista desafia os discursos patriarcais, e a interculturalidade crítica rompe com a ideia de uma cultura superior à outra. Essas narrativas, ao serem confrontadas, abrem espaço para um entendimento mais aberto e inclusivo das realidades sociais.

Em suma, a decolonialidade, a teoria crítica feminista e a interculturalidade crítica reúnem uma visão comum sobre a necessidade de desafiar estruturas de opressão e promover um conhecimento que seja inclusivo, plural e respeitoso das diversidades culturais e sociais. A interseção dessas três abordagens revela não apenas uma crítica aos sistemas vigentes, mas também um compromisso ético com a transformação social e a construção de um futuro mais justo e igualitário. Importante destacar que todas as abordagens aqui trazidas têm como foco promover uma reflexão em torno de ações e de compromissos que podemos assumir para promover a mudança, como nos apresenta Luciana Ballestrin

Construindo-se como um feminismo crítico, radical e autônomo, o feminismo de(s)colonial absorve dos feminismos latino-americanos diferentes vertentes, propostas e debates travados ao longo de sua larga trajetória das últimas quatro décadas. É fonte de inspiração a heterogeneidade das mulheres no continente transamericano como um todo, inseridas em situações e relações de subalternidades diversas e comumente sobrepostas referentes à classe, raça, etnia, cultura, orientação sexual, nacionalidade, geografia. Pode-se então afirmar que o feminismo de(s)colonial participa e deriva tanto da história do feminismo pós-colonial quanto do feminismo latino-americano em sua diversidade, apresentando-se como uma espécie de síntese em termos simbólicos. (Ballestrin,2020 p. 4)

É fundamental, portanto, que pesquisadoras e pesquisadores se deparem com essas temáticas construam redes de colaboração que integrem as diversas perspectivas. O fortalecimento dessas conexões pode apresentar alternativas inovadoras e eficazes para as lutas sociais contemporâneas,



além de potencializar as práticas de resistência. Assim, a decolonialidade, a teoria crítica feminista e a interculturalidade crítica não apenas se inter-relacionam, mas também se complementam, formando um arcabouço teórico que nos convida a compensar nossas ações e nossos compromissos em prol de um mundo mais inclusivo e equitativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intersecções entre decolonialidade, teoria crítica feminista e interculturalidade não são apenas teóricas, mas têm implicações práticas significativas. A formação de redes entre ativistas feministas de diferentes regiões pode gerar um espaço rico para a troca de experiências e saberes. Essas redes podem ajudar a desenvolver estratégias de resistência e empoderamento, além de promover uma educação mais inclusiva.

Um exemplo disso é o trabalho desenvolvido por organizações como a "Articulação de Mulheres Brasileiras", AMB é um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário, que busca articulações de diferentes vozes femininas dentro do Brasil, considerando as especificidades de cada grupo. O grupo trabalha construindo alianças locais e nacionais com movimentos de mulheres negras, mulheres indígenas e mulheres quilombolas, aprendendo com as lutas umas das outras, construindo um feminismo a partir da pluralidade de práticas e pensamentos. Essa articulação demonstra como a interculturalidade pode ser aplicada na prática, criando um espaço para diálogos significativos entre mulheres indígenas, negras e brancas.

As intersecções entre a decolonialidade, a teoria crítica feminista e a interculturalidade revelam um campo fértil para a análise das relações de poder contemporâneas. Ao valorizar as vozes e experiências de mulheres que historicamente foram marginalizadas, essas abordagens oferecem caminhos para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. A decolonialidade desafia as narrativas hegemônicas; a teoria crítica feminista expõe as interseccionalidades das opressões, e a interculturalidade abre um espaço para o diálogo significativo entre culturas. Portanto, uma análise conjunta dessas áreas não é apenas necessária, mas imprescindível para compreender e transformar as realidades sociais atuais.

Decolonialidade, interculturalidade crítica e teoria crítica feminista ao serem colocados como pensamentos emancipatórios de uma sociedade, emergem como paradigmas essenciais ao articular experiências e conhecimentos de múltiplas origens. Essa abordagem não só desafia o racismo, o machismo e a xenofobia, mas também promove a construção de identidades coletivas. Assim, permite que vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas e respeitadas, preservando um ambiente propício ao respeito mútuo e à colaboração.



REFERÊNCIAS

ARF, Lucilene Machado Garcia. **Julieta Paredes e o Feminismo Comunitário**. In: PINHEIRO, Alexandra Santos [et al] (Org). **A crítica literária feminista ibero-americana e suas diásporas**. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras, 2024.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze, et al (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2020.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Editora UFMG, 2018.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e educação na América Latina: uma educação plural, original e complexa**. Revista Diálogo Educacional, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CARMONA, David Arenas. **A Dialética nas relações homem-espaco, a cultura terena e sua inserção no território sul-mato-grossense**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia. PPGEIO da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS Campus de Aquidauana, 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Epistemologia Feminista negra**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, et al (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of

Dossiê Epistemologias do Sul: Interseções entre a Decolonialidade, a Teoria Crítica Feminista e a Interculturalidade
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPIFIP, Edição Especial. Aquidauana/MS, v. 1, n. 21, set. 2026



Chicago Legal Forum 1989 (1) 8: 139-167. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
Acesso em setembro de 2025.

DUSSEL, Henrique. **1492 - El encubrimiento del otro: (Hacia el origen del "mito de la modernidad"**. Editora Independently Published, 2021.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de.(Org) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HARDING, Sandra. **A Ciência e a Política da Saúde da Mulher: O Contexto Social da Pesquisa Médica**. Cornell University Press, 1986.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2018.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**. Hypatia, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de.(Org) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia Epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ediciones del Signo, Colección Razón Política. Buenos Aires, Argentina. 2010.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Artigos Originais. Rev. bras. Ci. Soc. 32 (94), 2017. <https://doi.org/10.17666/329402/2017> Acesso em setembro de 25.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminismo sem Fronteiras: Teoria Descolonizadora, Praticando a Solidariedade**. Durham, Duke University Press, 2003.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de.(Org) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Dossiê Epistemologias do Sul: Interseções entre a Decolonialidade, a Teoria Crítica Feminista e a Interculturalidade
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana/MS, v. 1, n. 21, set. 2026



PAREDES, Julieta. **Hilando Fino. Desde el feminismo comunitário.** La Paz, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v. 1).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social** São Paulo. Boitempo Editorial, 2007b.

SANTOS, Suzana Moura dos. SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo boe bororo.** Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 2, p. 210-224, dez. 2024. ISSN 1981-4089

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2014. p.73